

social

FINANCIAMENTO PELA INDÚSTRIA E PROPRIEDADE
INTELECTUAL LEVANTAM POLÊMICA

Patentes e indústria: a encruzilhada das ONGs



Uma das principais decisões da 61ª Assembléia Mundial de Saúde, realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em maio, reunindo mais de 2.700 participantes, foi a remoção de barreiras relativas à propriedade intelectual para o acesso a medicamentos e tratamento. A resolução sobre o tema, aprovada durante a Assembléia Geral, parte do reconhecimento de que a pobreza é um importante fator impeditivo ao acesso aos benefícios da inovação na área de saúde pública.

O tema é delicado, uma vez que envolve investimentos volumosos e recebe pressões de diversas esferas, inclusive de entidades representativas de pacientes. Em maio, pouco antes da 61ª Assembléia Mundial de Saúde, o Grupo de Trabalho Intergovernamental de Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual (IGWG), da OMS, que preparou o material base para as discussões durante a última edição do encontro, recebeu um abaixo-assinado apresentado pela ONG Patients and Patents pedindo a revisão do posicionamento do organismo em relação à política de propriedade intelectual sobre medicamentos. No abaixo-assinado, chamado Declaração de Pacientes sobre

Inovação e Acesso, figuravam integrantes de associações e ONGs que se declaram destinadas à representação de grupos de pacientes.

O documento (que pode ser acessado em www.patientsandpatents.com) possui não mais de 20 linhas, seguidas pelas assinaturas de entidades que representam pacientes nos cinco continentes. Textualmente, o documento diz que é essencial que a OMS não dê prosseguimento às recomendações de mudança na proteção internacional de patentes até que os grupos de pacientes estejam “educados e engajados” na discussão. A recomendação que encerra o documento sugere que a OMS estude iniciativas de parcerias público-privadas.

Um estudo da ONG internacional *Essential Action* apontou que 61 das mais de 110 entidades signatárias contam com financiamentos oriundos de indústrias farmacêuticas. Destas, nove são brasileiras e três delas afirmam dedicar-se ao controle do câncer: Associação Brasileira do Câncer (ABCâncer), Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) e Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama). Em 2007, durante a rodada de ouvido-



A 61ª Assembléia Mundial de Saúde reuniu 2.700 participantes, em maio, na Suíça

ria popular na internet da OMS sobre o tema de patentes, a Essencial Action já denunciara as ligações com a indústria farmacêutica das ONGs que enviavam comentários ao debate *on line*.

“As ações de ONGs não podem ser independentes e imparciais se os doadores ou financiadores são ou podem ser potencialmente beneficiados pelo posicionamento político que essas entidades assumem”, afirma Jim Donahue, diretor de projetos da Essencial Action. Segundo Donahue, as empresas privadas estão focadas no lucro e o princípio das ONGs, de serem organizações não-lucrativas, entra em conflito. Por isso, ele opina, as entidades financiadas por indústrias farmacêuticas não devem ser proibidas de participar do processo de negociação sobre propriedade intelectual, mas tal participação deve acontecer em condições de transparência, em que as relações de financiamento sejam apresentadas de forma clara.

UM IMPASSE ÉTICO

Nenhuma das três ONGs brasileiras voltadas para a questão do câncer que subscreveram o abaixo-assinado informaram quais as suas fontes e os seus mecanismos de financiamento. A **Revista Rede Câncer** perguntou à ABCâncer e à Abrale a respeito do volume de recursos recebidos de indústrias farmacêuticas e se o financiamento por empresas de medicamentos tem influência sobre o posicionamento da entidade em relação à política de patentes e de propriedade intelectual, mas nenhuma das duas encaminhou respostas a essas questões. Maira Caleffi, presidente da Femama, afirmou à **Revista Rede Câncer** que “uma parte pequena dos recursos da entidade é oriunda da indústria farmacêutica”, sem explicitar os valores.

De acordo com matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, em maio deste ano, ao menos 70% do orçamento de R\$ 936 mil da ABCâncer vêm de cinco laboratórios. Também de acordo com o jornal, a Abrale recebeu, no ano passado, R\$ 1,5 milhão de oito laboratórios. A reportagem não citou o montante de recursos arrecadados pela Femama.

O diretor-presidente da Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP), Edmur Pastorelo, defende posições claras. Para ele, por se declararem defensoras de uma causa, é imprescindível que as ONGs divulguem, com transparência, seus objetivos e interesses, o que inclui demonstrar publicamente como se sustentam financeiramente, a origem das verbas recebidas e como são empregadas. “Infelizmente, esse é um aspecto nebuloso”, afirma Pastorelo. “Pode existir



Assembléia decide remover barreiras relativas à propriedade intelectual para o acesso a medicamentos e tratamento

Fotos: WHO/Oliver O'Hanlon

“Pode existir conflito de interesses entre as ONGs representativas de pacientes com câncer e as indústrias farmacêuticas e não há como fechar os olhos a isso. Quero crer, que mais por inocência do que por má-fé.”

EDMUR PASTORELO, diretor-presidente da Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP)

conflito de interesses entre as ONGs representativas de pacientes com câncer e as indústrias farmacêuticas e não há como fechar os olhos a isso. Quero crer, que mais por inocência do que por má-fé.”

As assinaturas brasileiras no abaixo-assinado foram colhidas durante a Conferência de Pacientes em Inovação e Saúde Pública, em São Paulo, quando se reuniram 30 entidades da América Latina que afirmam representar pacientes. O encontro foi promovido pelas ONGs Alianza Latina, Abrale e Consumer Advocate Network, com apoio da PhRMA – associação que representa as principais companhias farmacêuticas dos Estados Unidos. “A PhRMA ofereceu apoio incondicional para o *workshop* realizado em São Paulo”, afirma Mark Grayson, vice-presidente de comunicação e relações públicas da PhRMA, acrescentando que funcionários da entidade e representantes da indústria não participaram do encontro.

O médico Luiz Antonio Negrão Dias afirma que não questiona qualquer quesito da legalidade da relação entre entidades representativas de pacientes e indústrias farmacêuticas. “Questiono, sim, até onde não estamos ultrapassando o limite do que é moral, ético e se esse posicionamento contrário à quebra de patentes expressa o pensamento e interesse dos pacientes com câncer”, afirma. “Como médico, que vivencia o problema, sou a favor da redução do tempo das patentes. Não sou paciente, mas se fosse, estaria a favor também”, declara.

Para o filósofo Fermin Roland Schramm, professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), o princípio de beneficência da bioética está no centro da questão. “A lógica é o Governo pagar menos pelo preço do medicamento para garantir o acesso a um maior número de pessoas.

Qualquer iniciativa que amplie o acesso a medicamentos, seja a quebra de patentes, ou outro mecanismo, estará de acordo com esse princípio”, explica.

A questão do acesso a medicamentos tem outras frentes de embate, como a chamada judicialização da medicina. Muitas organizações não-governamentais trabalham oferecendo apoio jurídico a pacientes para que obtenham medicamentos não incorporados pelo Sistema Único de Saúde, ou medicamentos em fase de experimentação. Marília Casseb, superintendente executiva da ABCâncer, afirma que “orientar, sobretudo os pacientes sem poder aquisitivo, a obter medicamentos aos quais o Governo não lhes dá acesso é parte importante do trabalho e da missão da instituição”.

A farmacêutica industrial especializada em saúde pública Lore Lamb, assessora técnica responsável pelo Núcleo de Assistência Farmacêutica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), acredita que a discussão do tema é fundamental. “A questão do posicionamento de ONGs representativas de pacientes que entram no judiciário para garantir o acesso a medicamentos está na ordem do dia, sobretudo mediante a recente divulgação de existência de conflito de interesse no caso de muitas ONGs que são subsidiadas por companhias farmacêuticas, sem que esta condição esteja explicitada”, afirma.

Lore Lamb informa que a oncologia é a área com maior impacto financeiro, não pelo volume de ações, mas pelo alto custo dos medicamentos demandados. Muitas vezes, os critérios técnicos que deveriam nortear sempre o acesso a medicamentos não são seguidos. Segundo a especialista, nesses casos a existência de conflito de interesse deve estar claramente explicitada quando a mesma reivindica o acesso a medicamentos. ■

